

VARIÁVEIS QUE MAIS INFLUENCIAM NA PLURIATIVIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Variables that influence the most on the family farmers pluriactivity in Itapejara d'Oeste, State of Paraná

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar quais as variáveis que mais influenciam na pluriatividade dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste nos anos de 2005 e 2010. Para isso, foram estabelecidas quatro tipologias de análise da pluriatividade e a posteriori foi realizado a descrição da média das variáveis e a análise de regressão. Assim, além da óbvia associação da renda não agrícola e das outras rendas do trabalho com o fenômeno da pluriatividade e uma natural associação negativa com a renda agrícola, descobriu-se que a disponibilidade de força de trabalho exerce uma influência positiva e as transferências sociais exercem uma influência negativa na pluriatividade da renda familiar rural do município de Itapejara d'Oeste.

Ana Paula Schervinski Villwock
Universidade Federal de Santa Maria
ana.agronomia@gmail.com

Gilson Ditzel Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
ditzel@urfpr.edu.br

Miguel Angelo Perondi
Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
miguelangeloperondi@gmail.com

Recebido em 26/08/2014. Aceito em 30/03/2015.
Avaliado pelo sistema *double blind review*
Avaliador científico: Daniel Carvalho de Rezende

ABSTRACT

The purpose of this study was to assess variables which influenced the most on the productivity of family farmers of Itapejara d'Oeste in the years of 2005 and 2010. Four typologies of analyzing the pluriactivity were established and, then, a description of the average of variables and regression analysis were carried out. Besides the obvious association of non-farm income and of other labor incomes with the phenomenon of pluriactivity, and the natural negative association with agricultural income, we found out that the workforce availability exerts a positive influence. In addition, we found out that the social transfers exert a negative influence in the pluriactivity of rural family income in the municipality of Itapejara d'Oeste.

Palavras-chave: Pluriatividade; Agricultura familiar; Tipologia de renda.

Keywords: Pluriactivity; Family farming; Income typology.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a agricultura sempre combinou o cultivo e a criação dos animais com outras atividades, como: a confecção de roupas e utensílios de trabalho, bem como, a transformação artesanal. Com o desenvolvimento do capitalismo, essas atividades de transformação e serviços foram apropriadas e substituídas, saindo da esfera da agricultura e passando a ser um produto comandado pelo processo capitalista de produção e acumulação da sociedade moderna (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

Assim, além da transferência das funções e papéis, segundo Polanyi (2000) a sociedade se transformou, dando um novo sentido para as relações sociais no capitalismo, ou seja, ao invés das relações sociais

definirem as econômicas, foram as econômicas que passaram a definir as relações sociais.

Com o processo de modernização, o agricultor se tornou profissional da produção agrícola, ou, um “agricultor puro” conforme uma expressão utilizada por Schneider (1999), o que fez revelar novas fragilidades. Alguns estudiosos, pesquisadores da área, corroboram com a discussão desse processo dizendo que a modernização constituía para o agricultor um procedimento de perda de suas condições de trabalho, e ocorreria o êxodo das famílias do setor agrícola ou até mesmo do meio rural. Mas, segundo Long (1986), o processo de modernização alavancou a mercantilização, que é a crescente orientação da produção para o mercado e para uma forma social cada vez mais subordinada e dependente do modo de produção

capitalista, entretanto, segundo Abramovay (1992), essa agricultura familiar ainda possui um papel próprio e útil para a sociedade capitalista.

Nos países com agricultura moderna, percebe-se que o êxodo rural não foi o único caminho seguido, segundo Schneider (1999), a pluriatividade nas famílias agrícolas se tornou prova da capacidade de adaptação aos novos contextos sociais e um mecanismo pelo qual eles puderam assegurar sua permanência na agricultura e no meio rural.

Segundo Schneider (1999), as práticas pluriativas são formas de interação entre o meio rural e urbano, pois, a pluriatividade pode evitar situação de desestruturação da família que migra para a cidade (frequentemente para periferias urbanas) e, ao mesmo tempo, pode permitir vencer o isolamento e a precariedade que ainda hoje permanecem como marcas históricas da vida social no meio rural.

Os estudos sobre a pluriatividade no Brasil são recentes, mas nas últimas décadas apresentaram uma rápida evolução, sendo que os primeiros estudos começaram tratando sobre a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no Brasil como formas complementares de trabalho e renda.

A pluriatividade reúne conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo que todas as atividades exercidas são feitas por membros moradores da unidade de produção, até mesmo as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro e/ou fora das explorações agropecuárias da unidade de produção.

Mesmo que a pluriatividade seja dependente da possibilidade de combinação das atividades agrícolas com as não agrícolas num determinado contexto social e econômico, sustenta-se que a manutenção das múltiplas inserções ocupacionais depende de um conjunto de variáveis e fatores relacionados à dinâmica das famílias e dos indivíduos que as compõem.

Assim, o presente artigo realiza um movimento reflexivo acerca da pluriatividade na agricultura familiar com ênfase nas variáveis econômicas e sociais. Dessa forma, objetivamos analisar quais as variáveis que mais influenciam na pluriatividade dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste, na comparação dos anos agrícolas 2005 e 2010. Para isso, as variáveis usadas no trabalho foram mensuradas através da metodologia de Lima et al. (1995), sendo que os dados foram divididos em quatro tipologias de pluriatividade, e a posteriori foi feita a análise de regressão multivariada. Assim, o texto se estrutura em:

uma breve reflexão sobre a pluriatividade, o local onde a pesquisa foi realizada, a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, os resultados e discussões e por fim as considerações finais.

2 PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

Podemos definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual, membros da família de agricultores que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003, p. 91).

Ao analisarmos as condições de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, percebe-se que o mundo rural se tornou mais do que agrícola, não sendo limitado somente a atividades agropecuárias da propriedade. Com isso, as pesquisas sobre pluriatividade no Brasil apresentam uma rápida evolução, e a noção de pluriatividade tem sido usada pelos pesquisadores para analisar e explicar o processo de diversificação do trabalho que ocorre no âmbito das unidades familiares de produção.

O aparecimento de novas atividades introduz ao espaço rural um conjunto de novas funções, sendo que o ator social privilegiado dessa nova característica do mundo rural são as famílias pluriativas, que combinam várias ocupações numa mesma unidade familiar. Esse novo rural é composto, basicamente, por três grupos de atividades: uma agropecuária moderna (agronegócio) baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; um segundo conjunto de atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços e, por último, um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos de mercado (SCHNEIDER, 2006).

A Figura 1, a seguir, proposta por Silva e Del Grossi (2000) representa um espaço rural penetrado pelo mundo urbano com velhos e novos personagens, como os “neorurais” (profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram, a residir no campo) ao lado dos assentados (ex-sem terra) e daqueles que denominam de “sem-sem” (sem terra e sem emprego e quase sempre também sem casa, sem saúde, sem educação, e principalmente sem organização, coisa que os sem-terra indiscutivelmente já conseguiram).

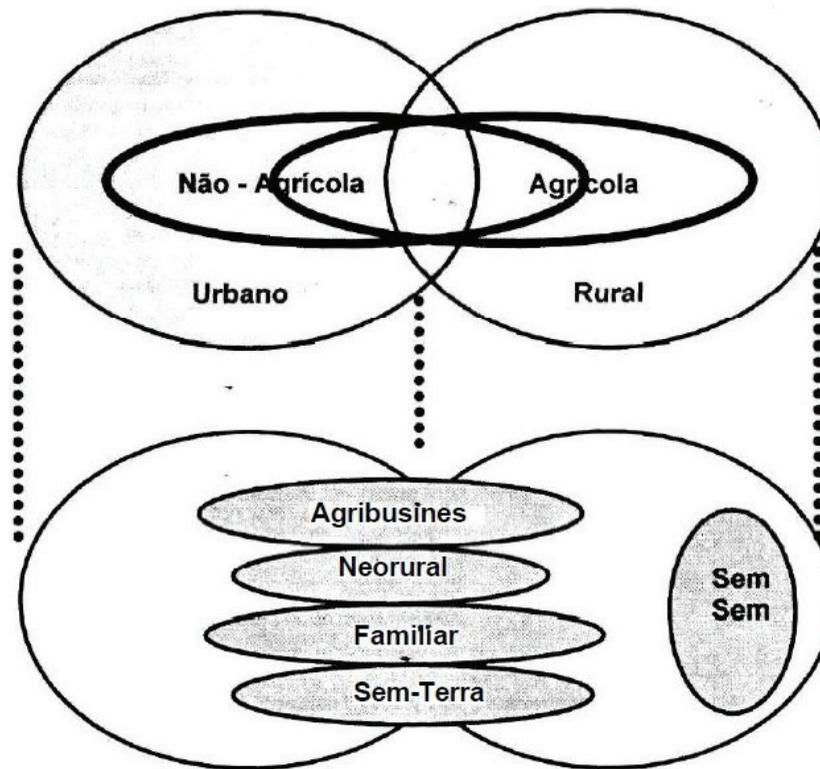


FIGURA 1 – Novas relações e atividades no mundo rural

Fonte: Silva e Del Grossi (2000)

Para esses autores a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias, sobrando tempo para as famílias exercerem outras atividades que não sejam na agricultura, tornando-se famílias pluriativas.

O termo pluriatividade surge na literatura internacional no início de 1970, mas no Brasil, as pesquisas ganharam foco somente na década de 90, sendo apontado por alguns estudiosos como “o novo rural brasileiro” (SILVA, 1997).

Os trabalhos sobre pluriatividade no Brasil passaram por três fases. A primeira fase é sobre a dupla atividade dos agricultores, sendo que foi escrita na década de 1980, tendo como principal referência os escritos de Seyferth (1984, 1987). A segunda fase os principais autores foram Carneiro (1996), Sacco dos Anjos (1995) e Schneider (1994, 1999), sendo que essas pesquisas da década de 1990 incorporaram as noções de *part-time*

farming, que já haviam sido utilizadas na Europa e em outros países desenvolvidos, para descrever as situações em que parcela dos agricultores destina apenas uma parte de sua jornada de trabalho às atividades agrícolas. A terceira etapa se caracteriza do fim da década de 1990 até a atualidade, mantendo como principais autores e pesquisadores os mesmos da segunda etapa, mas com o incremento importante de Fuller (1990) entende a pluriatividade como um elemento de diversificação que se pode produzir no interior da família ou a partir do exterior da mesma, pois ela funciona de acordo com a dinâmica das famílias e suas relações.

Juntamente com a terceira fase, as pesquisas sobre a pluriatividade vieram seguidas pelo debate sobre (nova) ruralidade, que discutiu temas como: a relação rural versus urbano, e identidade social e as representações simbólicas sobre o rural. Mas o que impulsionou a emergência das pesquisas sobre a pluriatividade foram os estudos conduzidos pelo Projeto Rurbano, que inicialmente eram pesquisas sobre as mudanças no mercado de trabalho rural

no Brasil, e que se tornaram referência nas análises das mudanças ocupacionais e espaciais no meio rural brasileiro (SILVA, 1999).

Uma das principais contribuições dos trabalhos do Rurbano foi mostrar que nas últimas duas décadas houve um crescimento continuado das atividades não agrícolas no meio rural do Brasil e uma redução do número de ativos (PEA) ocupados em atividades agrícolas, o que leva a repensar os aspectos analíticos e conceituais como as formas de intervenção do Estado e a própria ação política. Assim, a partir desse projeto houve a sedimentação da ideia de que o espaço rural deveria ser pensado não somente para a produção agrícola, mas para além dela.

Ainda, dentro dos fatores que contribuíram com a emergência da pluriatividade, Silva (1999), pontuou três causas principais: (1) urbanização do campo; (2) crise do setor agrícola provocada pela modernização e (3) limites de crescimento do próprio emprego agrícola.

Para Schneider (2003), a pluriatividade ocorre no meio rural num fenômeno que pressupõem a combinação de pelo menos duas atividades, sendo que uma delas é a agricultura. Estas atividades são exercidas por sujeitos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade entre si, podendo a ele pertencer outros membros não consanguíneos, que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho e se identificam como uma família. Schneider (2006) ainda reflete que a emergência da pluriatividade ocorre quando os membros da família combinam atividades agrícolas com outra forma de ocupação em atividades não agrícolas, ou seja, pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura.

É importante deixar claro a diferença entre pluriatividade e atividades não agrícolas, sendo a primeira uma combinação de atividades agrícolas com não agrícolas, já a segunda são aquelas atividades não relacionadas diretamente com as atividades agrícolas, mas que ainda assim poderiam ser exercidas no campo.

Schneider (2003) alerta para a necessidade de esclarecer as diferenças entre as dinâmicas de ocupações não agrícolas e pluriatividade das famílias, pois, mesmo que a pluriatividade seja dependente da possibilidade de combinação das atividades agrícolas com as não agrícolas em um contexto social e econômico, sustenta-se que a manutenção das múltiplas inserções ocupacionais depende de um conjunto de fatores relacionados à dinâmica dos indivíduos que as compõem. Dessa forma, Souza e Souza (2008) afirmam que a pluriatividade implicaria na

existência de atividades não agrícolas, mas as atividades não agrícolas não implicariam na pluriatividade.

Uma crítica à pluriatividade estaria relacionada ao seu caráter de “novidade” como aponta Carneiro (2006), dizendo que a pluriatividade não pode ser vista como fruto de um processo de modernização da sociedade, sendo que essa crítica baseia-se no fato de que a presença de atividades não agrícolas combinadas com atividades agrícolas no campo está presente desde sempre, como era o caso dos antigos moinhos. Por outro lado, Abramovay (2009) e Kageyama (2008) apontam que o crescimento das ocupações e rendas não agrícolas (ORNAS) não se deu como uma estratégia tradicional e já utilizada de combate às formas de precarização da unidade produtiva familiar, mas, como uma forma de diversificar as opções de renda através da combinação de atividades agrícolas com as não agrícolas.

De acordo com os estudos de Lima e Piacenti (2013) e Schneider (2003), se as famílias agrícolas fossem pluriativas poderiam elevar seus rendimentos, o que contribuiria para a redução dos índices de pobreza, principalmente, no caso da pobreza severa. Nesse contexto, Schneider (2010) diz que o rural deixa de ser “sinônimo de atraso” e se desconecta da agricultura, que passa a ser apenas uma de suas atividades. A dinâmica da agricultura no espaço rural tem sido determinada por outras atividades, e o exemplo emblemático dessa mudança estrutural baseada na capacidade dos atores sociais é a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, pois uma parte dos membros da família que mora no meio rural passa a praticar atividades não agrícolas, dentro ou fora do estabelecimento.

A pluriatividade pode ser considerada como um meio de fortalecimento da agricultura familiar, em que a atividade extra-agrícola surge a partir de práticas tradicionais da família, habitualmente voltada para o consumo familiar e que visam manter as atividades agrícolas, mesmo que reduzidas pela redistribuição do trabalho interno (CORONA, 1999, p. 153).

Os trabalhos sobre pluriatividade têm demonstrado que o crescimento das atividades não agrícolas está relacionado às alterações no mercado de trabalho, mas esse fenômeno não explica por si só o aumento na pluriatividade, pois os sujeitos que formam uma família podem optar em combinar duas ocupações (pluriativas) ou deixar as atividades agrícolas, passando a se ocupar somente em atividades não agrícolas, sem deixar de residir no meio rural.

Segundo Schneider (1999), as práticas pluriativas ainda podem ser uma forma de interação entre o meio rural e urbano, evitando a desestruturação da família que migra para a cidade, e ao mesmo tempo pode permitir vencer o isolamento e a precariedade social no meio rural. As possibilidades de obtenção de maiores rendimentos (na maioria monetarizadas) das atividades não agrícolas têm amenizado as migrações e levado à maior fixação da população no campo em vários países (SILVA, 1997).

Assim, pode-se dizer que existem diferentes 'tipos' de pluriatividade: algumas mais tradicionais, típicas das situações em que a combinação de atividades visava à produção de bens de consumo para uso próprio, e outras mais modernas, características das situações em que o exercício das múltiplas ocupações visa a uma relação mercantil. Mesmo que a oposição entre o tradicional e o moderno sejam termos didáticos que ajudam a evidenciar diferenças, não deveriam ser utilizados para além desta finalidade precípua; porque, além de remeterem a um dualismo analítico anacrônico não permitem entender a pluriatividade como uma manifestação do processo social de mudança nas relações e nas formas de trabalho que ocorrem no meio rural contemporâneo (SCHNEIDER, 2006).

A caracterização a seguir refere-se às diferentes formas em que a pluriatividade pode assumir no meio rural contemporâneo, ou seja, consiste em mostrar as variações que o fenômeno pode assumir e mostrar que sua variabilidade decorre tanto de condicionantes internos à dinâmica das famílias rurais como do contexto social e econômico em que estiverem inseridos (SCHNEIDER, 2006).

(a) Pluriatividade intersetorial (ou "no-farm" na literatura internacional): encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia. Um agricultor que trabalha em tempo parcial na sua propriedade e exerce uma segunda ocupação não agrícola em jornada complementar.

(b) Pluriatividade de base agrária (ou "off-farm" na literatura internacional): pluriatividade que ocorre dentro do setor agropecuário. Embora caracterizada pela combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, ela é feita de duas formas: 1- indivíduos que residem no meio rural e trabalham na atividade agrícola, mas, uma parcela relevante de sua jornada de trabalho é dedicada à prestação de serviços (colher nas propriedades dos vizinhos em troca de dinheiro) e 2- pluriatividade de base agrária refere-se à contratação de pessoas que moram no meio rural e integram famílias de agricultores para atuar

em atividades como o processamento, o beneficiamento, o transporte, a comercialização, entre outras, da produção agrícola (tratorista).

(c) Pluriatividade sazonal: atividades não agrícolas esporádicas, intermitentes, que não têm jornada formal de trabalho pré-estabelecida, que são exercidas no artesanato, no comércio informal (vendedores ambulantes, de porta em porta, etc.), nos serviços estacionais ligados às colheitas, à demanda do turismo, aos serviços como diaristas e empreiteiros.

(d) Pluriatividade para-agrícola: atividades que formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (*in natura* ou de derivados) obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade de fora deste destinada à comercialização. Evolução da produção para autoconsumo que era produzida para a subsistência da família que passa a ser destinada à venda.

(e) Pluriatividade tradicional ou camponesa: produção fundamentalmente para o autoconsumo, uma débil relação com os mercados com os quais se relacionam por meio da troca de excedentes e compra de poucos produtos de uso próprio e realização de múltiplas ocupações no interior da unidade produtiva. Não visa à mercantilização e sua existência é determinada por um modo de viver e organizar a produção que visa, fundamentalmente, à reprodução da família.

De acordo com Schneider (2006), os fatores que determinam a pluriatividade podem ser de natureza estrutural ou estão relacionadas às respostas conjunturais dos agricultores em face ao contexto adverso em que estão situados, sendo que o primeiro ocorre por causa dos processos macrosociais e econômicos de transformação das formas de trabalho e produção, e o segundo em decorrência de suas condições intrafamiliares no contexto socioeconômico.

O mesmo autor descreve que a pluriatividade se trata de um fenômeno estrutural, conjuntural, multidimensional e multicausal, uma vez que são várias as causas que podem afetar o aparecimento dela no meio rural. Pode-se estabelecer a hipótese de que não existe um único tipo de pluriatividade.

O fenômeno da pluriatividade é complexo e não há consenso sobre seu conceito nem sobre a natureza de sua inserção. Schneider (2003) aponta que as divergências em torno do que vem significar a pluriatividade derivam da pouca clareza ou consenso que se tem no Brasil em relação ao fenômeno que se pretende referenciar.

[...] dada a complexidade do fenômeno, a questão que permanece em debate na literatura específica é o modo peculiar de expressão da pluriatividade e a natureza de sua inserção. Trata-se de uma diversidade que se apresenta singular, à medida que cada família tem um modo específico de inserção pluriativa, que depende de si mesma e do entorno socioeconômico de influência direta (CORTEZ; ANJOS; CALDAS, 1994, p. 138).

Nesse contexto, estudos regionais e locais sobre a pluriatividade têm sido feito no Brasil, neste caso, os estudos de Schneider (2006) no Sul do país apontam que a pluriatividade pode ser uma alavanca importante no processo de desenvolvimento das áreas rurais, pois permite gerar formas de trabalho e renda. Nesse contexto, afirma-se que a pluriatividade busca o desenvolvimento da agricultura familiar, pois é a diversificação das atividades rentáveis e do trabalho. Segundo o mesmo autor, a pluriatividade é heterogênea e diversificada. Ela está ligada as estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família, mas também, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida.

Uma referência à segurança de renda advinda da pluriatividade decorre de as atividades não agrícolas não dependerem de fatores climáticos, não tendo a mesma vulnerabilidade das atividades agrícolas e podendo se tornar mais seguro o sustento da família em caso de crise no setor primário.

Segundo Schneider (2003), a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica.

Estudos recentes sobre a pluriatividade revelam que além das variáveis exógenas à unidade familiar, como o mercado de trabalho e a infraestrutura disponível, Schneider (2006) e Schneider e Conterato (2006) indicam ainda outras variáveis que contribuem para a diferenciação da pluriatividade, tais como o grau de escolaridade dos membros da família, a superfície de terra disponível para a produção, o número de membros na família, a diferenciação etária e o acesso à renda. Sendo assim, esse estudo tem como objetivo analisar quais as variáveis mais influencia a pluriatividade dos agricultores familiares de Itapejara

d'Oeste, com dados que permitem comparar os anos agrícolas de 2005 e 2010.

3 LOCAL DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada no município de Itapejara d'Oeste (Figura 2), situada no Sudoeste do Paraná. O município contém 10.738 habitantes em um território de 254.014 Km², sendo responsável por 0,03% da área do estado e se localiza perto da fronteira do Brasil com Argentina, limitada pelo Rio Iguazu de um lado e pelo Estado de Santa Catarina do outro.

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2004) a mesorregião do Sudoeste Paranaense é uma das menos urbanizadas do Paraná, e a que possui grande predominância da agricultura familiar com menos taxa de desemprego do estado. Itapejara d'Oeste foi povoada desde 1937 por famílias vindas do Rio Grande do Sul e mais tarde de Santa Catarina, mas só foi desmembrado de Pato Branco e Francisco Beltrão em 1964 (IBGE, 2014).

Itapejara d'Oeste e a região se caracterizam por apresentarem os principais traços do processo de colonização da região Sul do Brasil, sendo eles: acesso à terra via título de propriedade, padrão de trabalho no meio rural baseado na família e clima temperado.

Segundo Perondi (2007), ao analisar a economia do conjunto dos núcleos familiares da região, verifica-se que uma parcela menor deles concentra a maior parte dos recursos produtivos e é responsável pelo maior consumo de insumos agrícolas e de crédito. Em Itapejara d'Oeste, 86% dos estabelecimentos têm menos de 50 hectares, abrangem 52% da área do município e ocupam 92% do pessoal que trabalha no campo. Segundo o mesmo estudo, apesar da grande movimentação financeira, a agricultura não atinge uma renda agrícola elevada.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Essa pesquisa representa a realidade da agricultura familiar do município de Itapejara d'Oeste situado na região Sudoeste do Paraná. Para coleta dos dados utilizou-se o roteiro de entrevistas estruturado e validado de Perondi (2007). Segundo Bêrni (2002), os questionários estruturados são caracterizados pelas mesmas perguntas e procedimentos a cada entrevista. Assim, "na pesquisa estruturada, o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido, com perguntas predeterminadas" (BEUREN, 2004, p. 131).

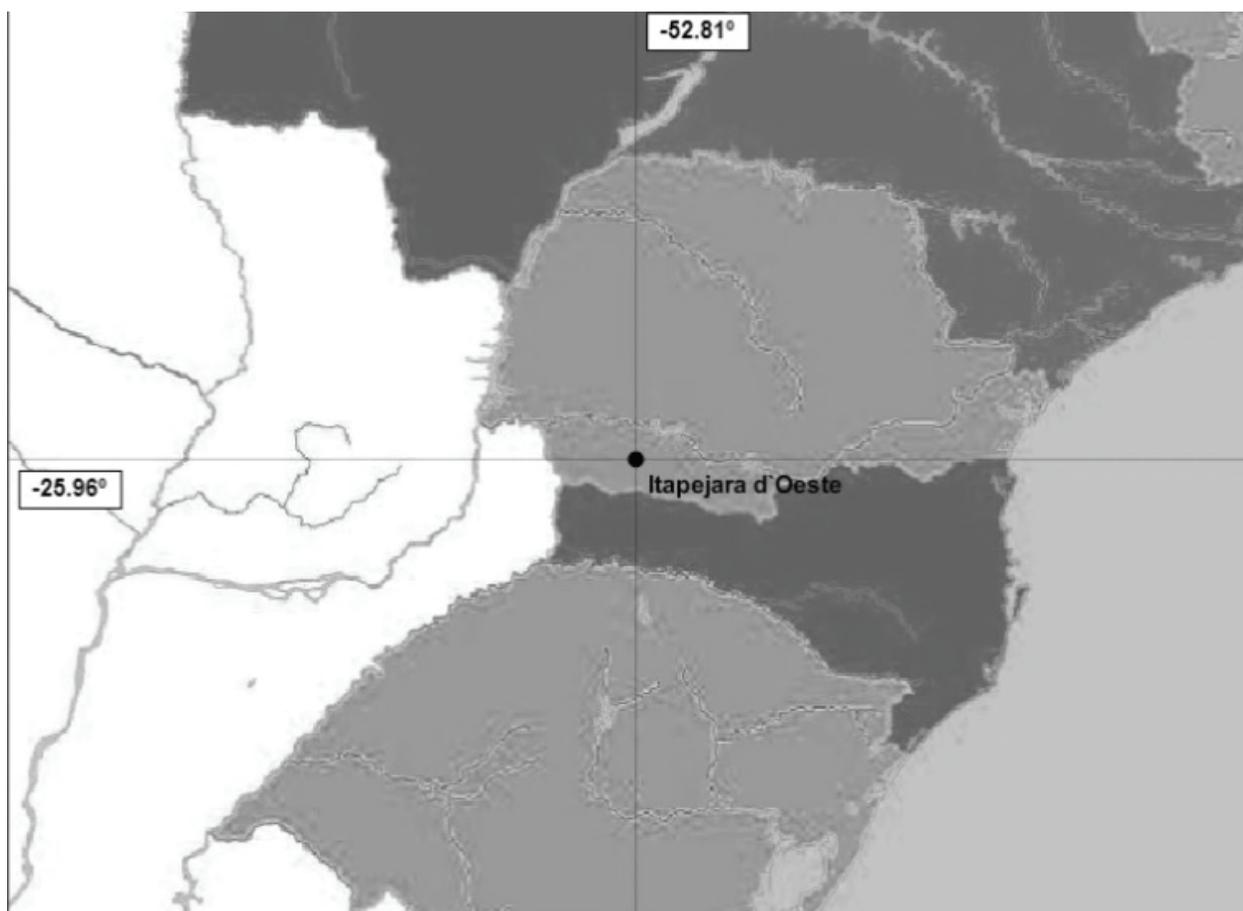


FIGURA 2 – Localização geográfica do município de Itapejara D'Oeste, no estado do Paraná

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013)

Os entrevistados foram escolhidos seguindo os critérios da Amostragem Sistemática por Comunidade que dividiu o município de acordo com suas comunidades rurais, contendo assim, um número de amostras proporcional ao seu número de unidades de produção familiar. O critério utilizado para definir a amostra das famílias foi feito a partir de uma população de 968 famílias rurais contidas no município de Itapejara d'Oeste, com uma distribuição fundiária de desvio padrão de 16,09% e margem de erro de 3%. A amostra foi de 100 unidades de produção familiares, representando 10,3% da população de agricultores familiares do município.

A pesquisa foi realizada por meio de um banco de dados feito por Perondi (2007) e pela pesquisa recente de Perondi (2011) para a obtenção de dados nos anos

agrícolas 2004/2005 e 2009/2010 respectivamente. O banco de dados constituído em 2005 contém os dados socioeconômico e ambiental do ano agrícola 2004/2005, mas foi complementado no final de 2010 e início de 2011, quando se realizou a pesquisa sobre o ano agrícola 2009/2010 das mesmas famílias entrevistadas anteriormente. Destas 100 famílias entrevistadas em 2005, cinco não foram mais localizadas em suas unidades de produção. Assim, para níveis comparativos, adota-se 95 unidades de produção familiar como número de casos a serem comparados, e não mais os 100 entrevistados inicialmente.

Os valores monetários referentes ao ano agrícola de 2004/2005 foram corrigidos a partir do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disponível no site do Banco Central para

o período de 2009/2010, sendo que o índice encontrado foi de 1,2713708 e corrigido para todas as variáveis monetárias do banco de dados.

A Renda Agrícola (RA) é resultado da subtração do Consumo Intermediário, Depreciação, Divisor do Valor Agregado do Produto Bruto, ou seja, é a parte do Produto Bruto que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar e ampliar o patrimônio. Essa explicação e as dos demais indicadores seguiram a literatura de Lima et al. (1995), sendo eles:

(1) Produto Bruto (PB): valor de toda produção vendida, estocada e consumida pela família no período analisado, dentro da UPF.

(2) Consumo Intermediário (CI): valor dos insumos e serviços adquiridos fora da Unidade de Produção Familiar (UPF) e utilizados na transformação da produção. Estes insumos são totalmente consumidos no processo produtivo.

(3) Depreciação (D): é o valor que corresponde ao desgaste dos meios de produção que existem no estabelecimento, mas que não são consumidos totalmente no processo produtivo (máquinas, implementos e benfeitorias).

(4) Divisor do Valor Agregado (DVA): despesas para manter a propriedade e que não podem ser descontados de um único sistema produtivo, tais como o arrendamento de terceiros, os impostos relacionados à produção e à propriedade, juros de empréstimos financeiros e salários da mão de obra contratada.

(5) Renda total (R): é o que sobra do PB descontadas todas as despesas da propriedade, ou seja, é a parte do PB que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar e ampliar o patrimônio. A renda total também é soma das outras rendas, como exemplificado na fórmula: $R = RA + RTS + ORT + ROF + RNA$.

(6) Renda agrícola (RA): quando envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

Para melhor entendimento do que é a Renda Não Agrícola deve-se diferenciar as rendas externas à unidade de produção familiar, sendo que elas podem ser classificadas como:

(7) Renda de Transferências Sociais (RTS) aposentadorias, pensões, auxílios do governo.

(8) Outras Rendas do Trabalho (ORT): atividades agrícolas fora da UPF.

(9) Renda de Outras Fontes (ROF): relativo às cobranças de arrendamentos de terras, aluguéis, rendas com poupança, doações e aplicações. São rendas não oriundas do trabalho.

(10) Renda Não Agrícola (RNA): renda do trabalho de atividades não agrícolas.

Além das variáveis econômicas citadas acima, analisou-se dentro das tipologias as variáveis sociais. Essas variáveis são: Unidade de trabalho homem, escolaridade, superfície agrícola útil e capital imobilizado.

(11) Para mensurar as variáveis de força de trabalho, também foi utilizado o critério segundo Lima et al. (1995) em que a força de trabalho é representada por Unidade de Trabalho Homem (UTH), que representa 300 dias de trabalho de oito horas diárias de uma pessoa adulta, ou seja, entre 18 e 59 anos. Como no meio rural ocorrem pessoas ativas fora desta faixa etária, consideramos: crianças de 7 a 13 anos = 0,5 UTH; jovens de 14 a 17 = 0,65 UTH; adultos de 18 a 59 = 1 UTH; e idosos com mais de 60 anos = 0,75 UTH.

(12) Escolaridade é representada através dos anos em que o indivíduo estudou, sendo que nessa pesquisa utilizou-se a média da escolaridade da UPF.

(13) Superfície Agrícola Útil (SAU): é a quantidade de terra (hectare) que a UPF utiliza para sua produção agropecuária. É constituída pelas culturas temporárias e permanentes, por pastagens permanentes e pela horta familiar.

(14) Capital imobilizado: conjunto de bens e direitos necessários à manutenção das atividades da UPF. É o ativo permanente imobilizado, ou seja, são os bens de uso que têm valor relevante e ainda possuem vida útil.

Também foram estabelecidas tipologias de análise nos tipos 1, 2, 3 e 4 que significam (1) UPFs que nunca foram pluriativas; (2) UPFs que eram pluriativas em 2005 e não mais em 2010; (3) UPFs que não eram pluriativas em 2005 e passaram a ser em 2010 e (4) UPFs que sempre foram pluriativas. É válido ressaltar que neste estudo uma família foi considerada pluriativa somente quando obtinha mais de 50% da renda total advinda de atividades não agrícolas, sendo que esse critério percentual foi inspirado em Ellis (2000) quando retratou um estudo de caso realizado na Tanzânia.

A análise dos dados foi feita com o uso de dois softwares: IBM@ SPSS@Statistics Versão 20 e Excel@ 2007. A pesquisa ainda tem característica exploratória ao desenvolver e esclarecer conceitos e ideias.

Os resultados obtidos foram feitos por meio da análise de regressão múltipla. “A regressão multivariada é uma técnica de análise multivariada que pode ser usada para analisar a relação entre uma única variável dependente e várias variáveis independentes” (HAIR et al., 2009, p. 154). Para o estudo, a variável dependente

foi a pluriatividade e as variáveis independentes foram: RA, ROF, ORT, RNA, RTS, UTH, escolaridade, SAU, e capital imobilizado.

A partir disso, foram gerados modelos de regressão nos quais se observam quais as variáveis que explicam significativamente a existência da pluriatividade.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para iniciar a discussão dos resultados, dividiremos as análises em duas partes: (1) descrição da média das variáveis escolhidas para a contextualização dos resultados, separando as variáveis econômicas das sociais e (2) análise de regressão múltipla das variáveis escolhidas.

Para contextualização dos resultados, na Tabela 1, apresenta-se a média de cada uma das rendas em 2005 e em 2010 de acordo com a tipologia estabelecida.

Ao analisar a Tabela 1, percebe-se que houve um acréscimo na renda total em todas as tipologias, ressaltando que o tipo 1 e 2 foram os que tiveram maior incremento, 165% e 258% respectivamente. Pode-se dizer que o aumento de renda nesses dois primeiros tipos é resultado do aumento na renda agrícola que foi respectivamente de 312% no tipo 1, 310% no tipo 2, 48% no tipo 3 e 53% no tipo 4.

As rendas de outras fontes tiveram um aumento diminuto nas famílias de tipo 1 e 2, em torno de 45%, e no tipo 3 um aumento de 205%, o que já era esperado, pois

são famílias que não eram pluriativas e passaram a ser. Nas famílias que já tinham a pluriatividade consolidada (tipo 4), nota-se uma diminuição nas rendas vinda de outras fontes, mas o aumento de quase 100% da renda de outras fontes do trabalho. Assim, pode-se inferir numericamente que as famílias pluriativas consolidadas preferem a estratégia de apostar em outras rendas do trabalho, do que em rendas de outras fontes.

Ainda observando outras rendas do trabalho, percebe-se um incremento grande (671%) no tipo 3, que são as famílias que não era pluriativas e passaram a ser. Mas deve-se ressaltar neste trabalho, que apenas uma família do tipo 3 compôs esse índice, não sendo relevante a discussão do mesmo ao nível de contexto das 95 famílias. Já era esperado um decréscimo da porcentagem das outras rendas do trabalho para o tipo 1 e 2, pois, as famílias que sempre foram monoativas ou aquelas que se tornaram monoativas reduzem o seu portfólio de renda, especializando-se em rendas agrícolas.

Para a tipologia 2, agricultores pluriativos que passaram a ser monoativos, as rendas não agrícolas diminuíram 41% de 2005 para 2010, e isso se deve ao fato das UPFs deixarem de ser pluriativas, diminuindo então a renda vindo dessas atividades. Nos tipos 3 e 4, a RNA aumentou 165% e 46% respectivamente, assim, nota-se um grande incremento da renda nas UPFs que saíram da monoatividade e passaram a ser pluriativas.

TABELA 1 – Média das rendas das unidades familiares nos anos 2005 e 2010 e acúmulo percentual de 2005 para 2010, de acordo com a tipologia das famílias de Itapejara d'Oeste – PR

Tipologia	R	RA	ROF	ORT	RNA	RTS	
1	2005	R\$19.884,53	R\$ 9.922,94	R\$ 357,96	R\$ 2.653,87	R\$ 1.313,18	R\$ 5.636,58
	2010	R\$52.736,27	R\$ 40.858,13	R\$ 536,19	R\$ 1.319,91	R\$ 2.229,26	R\$ 7.792,78
	%	165	312	50	-50	70	38
2	2005	R\$11.289,86	-R\$ 5.960,53	R\$ 1.553,19	R\$ 1.942,37	R\$ 8.542,20	R\$ 5.212,62
	2010	R\$39.811,94	R\$ 26.075,27	R\$ 2.099,44	R\$ 444,44	R\$ 5.299,44	R\$ 5.893,33
	%	258	310	41	-77	-41	7
3	2005	R\$ 29.469,61	R\$ 17.538,42	R\$ 808,16	R\$ 181,62	R\$ 5.601,66	R\$ 5.339,76
	2010	R\$ 31.146,61	R\$ 9.136,61	R\$ 2.464,29	R\$ 1.400,00	R\$ 14.357,14	R\$ 3.788,57
	%	6	-48	205	671	165	-29
4	2005	R\$ 35.793,83	R\$ 8.030,48	R\$ 6.433,14	R\$ 7.324,79	R\$ 11.074,49	R\$ 2.930,93
	2010	R\$ 50.849,47	R\$ 12.301,54	R\$ 4.760,33	R\$ 14.542,87	R\$ 16.206,73	R\$ 3.038,00
	%	42	53	-26	99	46	4

Fonte: elaborado pelo autor

Quando se analisa as UPFs que sempre foram monoativas, também se percebe um incremento da renda vinda de atividades não agrícolas. Isso se deve ao fato das famílias serem altamente especializadas em atividades agrícolas, e assim conforme diz Polany (2000), sobra-se tempos de não trabalho, que podem ser aproveitados com outras atividades, e nesse caso, é aproveitado com atividades não agrícolas.

Existe um acréscimo da renda vinda das transferências sociais para os tipos 1, 2, e 4, e isso pode ser explicado pelo fato das famílias envelhecerem com o passar dos anos de análise, fazendo com que pessoas que não eram aposentadas, passem a tê-la como mais uma fonte de renda. Na tipologia 3, a diminuição em 29% da renda das transferências sociais pode sinalizar que esse grupo procurou a pluriatividade devido à diminuição das rendas advindas das transferências sociais.

Na análise das variáveis sociais conforme a tipologia estabelecida, Tabela 2, percebe-se que a variável UTH das UPFs diminuíram com o passar dos anos, indicando assim, uma evasão da mão de obra do meio rural. É válido ressaltar que a menor diminuição na mão de obra foi nas UPFs que sempre foram pluriativas, isto é, a pluriatividade consolidada faz com que os membros que compõem as famílias tenham menor evasão do meio rural se comparada com os outros tipos.

No aspecto escolaridade, houve um pequeno acréscimo em todos os tipos, exceto no tipo 3. Assim, pode-se inferir que a escolaridade tem pouca interferência nas famílias serem ou não pluriativas, como também ocorre com as variáveis SAU e KPT disponível, pois em todas as tipologias houve um decréscimo percentual maior que 25% da SAU, e maior que 22% no KPT disponível das UPFs.

Para verificar o nível de influência das variáveis na pluriatividade, foi necessário realizar a análise de regressão linear multivariada para gerar um modelo através do Software SPSS®. Segundo Hair et al. (2009), para atender as premissas da técnica, é necessário que a análise de correlação seja feita para que se descubra quais as variáveis independentes têm correlação significativa com a dependente.

Nesse estudo, a variável dependente é a tipologia da pluriatividade, e as variáveis independentes são: RA, ROF, ORT, RNA, RTS, UTH total, escolaridade, SAU, e KPT disponível. É válido ressaltar que para nível de comparação, utilizamos a diferença entre os anos 2005 e 2010 para cada variável independente.

A correlação entre as variáveis indicou, conforme exposto na Tabela 3, a existência de correlação ao nível de significância de 5% para as variáveis ORT, RNA, UTH total, e RA, já para as variáveis ROF, RTS, escolaridade, SAU e KPT disponível, os testes não verificaram correlação ao nível de significância de 5%.

TABELA 2 – Média das variáveis sociais das unidades familiares nos anos 2005 e 2010 e acúmulo percentual de 2005 para 2010, de acordo com a tipologia das famílias de Itapejara d'Oeste – PR

Tipologia	UTH total	ESCOLARIDADE	SAU	KPT disponível	
1	2005	3,43	5,58	31,84	R\$ 136.182,43
	2010	2,30	6,12	23,74	R\$ 76.645,94
	%	-33	10	-25	-44
2	2005	3,88	6,53	16,75	R\$ 65.759,22
	2010	2,77	6,71	13,18	R\$ 48.575,71
	%	-33	1	-27	-22
3	2005	3,09	6,35	9,65	R\$ 67.903,33
	2010	1,94	6,09	4,95	R\$ 25.411,08
	%	-37	-4	-49	-63
4	2005	3,31	6,70	21,96	R\$ 138.865,29
	2010	3,09	7,21	13,35	R\$ 74.324,49
	%	-7	8	-39	-46

Fonte: elaborado pelo autor

TABELA 3 – Correlação entre a variável dependente (pluriatividade) e as variáveis independentes dos anos 2005 e 2010

	Correlação de Pearson	Sig. (2 extremidades)	Número de casos
RA	-0,222*	0,031	95
ROF	0,097	0,348	95
ORT	0,242*	0,018	95
RNA	0,212*	0,039	95
RTS	-0,156	0,130	95
UTH total	0,204*	0,048	95
ESCOLARIDADE	-0,037	0,724	95
SAL	0,012	0,909	95
KPT disponível	0,010	0,922	95

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: elaborado pelo autor

À análise de regressão linear multivariada gerada através do *software* SPSS®, incluiu-se como variável independente da variável dependente as: ORT, RNA, RA e RTS. As demais variáveis foram excluídas do modelo pelo *software*, por não apresentarem significância mínima ao nível de 5%. O modelo de regressão ficou caracterizado da seguinte maneira:

$$\text{Pluriatividade} = 1,963 + 0,229 * \text{ORT} + 0,277 * \text{RNA} + (-0,272) * \text{RA} + (-0,229) * \text{RTS}$$

As variáveis ROF, UTH total, escolaridade, SAU, KPT disponível, foram excluídas pelo *software* por não apresentarem explicação, ao nível de significância estatística de 5%, em relação à pluriatividade. Os resultados do teste de regressão para o modelo expresso na equação acima podem ser verificados na Tabela 4.

O coeficiente de determinação R² e de correlação R, apresentados na Tabela 4, ajudam a entender o quanto as variáveis independentes explicam da variância da variável dependente em torno de sua média. O coeficiente de determinação ajustado que é 0,049 indica que a variável ORT atinge um percentual de 5,9 % na explicação da variância da pluriatividade. Com a inserção da variável RNA, a explicação da variável endógena se eleva para 10%, e com a inserção da RA, a explicação fica em torno de 16%. Assim quando chega ao último modelo, com a inserção de todas as variáveis com correlação significativa (ORT, RNA, RA e RTS), o percentual de explicação atinge de 21,1%.

Na análise através do modelo gerado, verificou-se que as variáveis ORT e RNA têm influência positiva

na pluriatividade, ou seja, quando se aumenta uma unidade da pluriatividade eleva-se a renda ORT em 0,229 e 0,277 da renda não agrícola. Isso é explicado pelo fato de que as UPFs têm alguma alternativa de renda que não seja a RA, e que se essas rendas sejam significativas para a composição da renda total, logo, essas famílias serão pluriativas.

Além de se discutir somente a renda, é importante salientar, que segundo Schneider (2006), além da pluriatividade propiciar um aumento na renda total, tem também papel fundamental na redução da vulnerabilidade das UPFs, pois as famílias pluriativas possuem um maior portfólio de rendas que as monoativas, reduzindo o risco de redução da renda total da família.

Quando falamos em segurança de renda, as UPFs pluriativas visam a uma maior garantia de ganho no final do trabalho, pois, ao contrário das atividades agrícolas que não dependem somente da força de trabalho humana e tecnológica, mas também de fatores climáticos, as rendas vindas da pluriatividade não tem esta vulnerabilidade e podem se tornar o sustento da família em caso de crise no setor primário.

Quando se trata de RA, essa influência se inverte, sendo que quanto maior a RA, menor a pluriatividade. Isso é explicado, pois as UPFs que possuem renda agrícola, geralmente são especializadas nas atividades agrícolas, fazendo com que se diminua a pluriatividade, pois a RA ocupa toda a mão de obra disponível na propriedade, não sobrando tempo nem UTH para a realização das outras atividades.

TABELA 4 – R e R² das variáveis independentes em relação à variável dependente (pluriatividade)

Resumo do modelo				
Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Significância
1	,242 ^b	,059	,049	,018 ^b
2	,316 ^c	,100	,080	,008 ^c
3	,400 ^d	,160	,132	,001 ^d
4	,459 ^e	,211	,176	,000 ^e

a. Variável dependente: pluriatividade

b. Previsores: (Constante), ORT

c. Previsores: (Constante), ORT, RNA

d. Previsores: (Constante), ORT, RNA, RA

e. Previsores: (Constante), ORT, RNA, RA, RTS

Fonte: elaborado pelo autor

Ao analisar as RTS, percebe-se que essa influência também é negativa na pluriatividade, ou seja, quanto maior a RTS menor é a pluriatividade. A explicação é que as UPFs que possuem aposentados estão deixando de exercer outras atividades dentro e fora de sua propriedade. Isso acontece, pois geralmente permanece apenas o casal idoso na propriedade com seu aposento, e isso faz com que se diminua a força de trabalho da propriedade, e a UPF passa a ter somente a renda da aposentadoria e algumas coisas vinda da propriedade para seu autoconsumo.

Estudos realizados por Schneider (2006) no Sul do país propõem que a pluriatividade pode ser uma alavanca importante no processo de desenvolvimento das áreas rurais, pois permite gerar formas de trabalho e renda. Nesse contexto, afirma-se que a pluriatividade busca o desenvolvimento da agricultura familiar, pois é a diversificação das atividades rentáveis e do trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação de uma revisão da literatura, seguida da discussão dos fatores que influencia a pluriatividade, não deve ser uma receita infalível, pois segundo Schneider (2006), a pluriatividade varia de acordo com as condições sociais e econômicas locais, do ambiente ou do contexto em que ocorrem.

Neste estudo, foi encontrada uma relação significativa entre a pluriatividade e as variáveis econômicas, o que não foi observado com as variáveis sociais. Dessa maneira, conclui-se que para os

agricultores familiares de Itapejara d'Oeste, a pluriatividade das unidades de produção familiares é influenciada positivamente pelas outras rendas do trabalho e pela renda não agrícola e, negativamente, pela renda agrícola e pela renda de transferência social. Assim, quanto maior for a renda vinda das outras rendas do trabalho e das rendas não agrícolas, maior a influência positiva na pluriatividade, ou seja, quando se aumenta uma unidade da pluriatividade eleva-se em 0,229 a renda de outras rendas do trabalho e em 0,277 a renda não agrícola; e quanto maior a influência da renda agrícola e das renda das transferências sociais, maior a influência negativa na pluriatividade, ou seja, quando aumenta uma unidade da pluriatividade diminui-se 0,272 a renda agrícola e 0,229 a renda das transferências sociais.

Quando se analisa a mão de obra, percebe-se que as famílias pluriativas tiveram uma menor diminuição da força de trabalho. Por fim, percebe-se que a diversificação de renda é estratégica para diminuir a vulnerabilidade das famílias, ou seja, quanto mais pluriativas, maior a diversidade da renda e menor a vulnerabilidade das famílias rurais de Itapejara d'Oeste.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HICITEC, 1992.

- BÊRNI, D. de Á. (Coord.). **Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Ed.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 167-188.
- CORONA, H. M. P. **A resistência inovadora: a pluriatividade no sudoeste paranaense, PR**. 1999. 181 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.
- CORTEZ, F. P.; ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: FAO/INCRA, 1994. Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. London: Oxford Press, 2000.
- FULLER, A. M. From part time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, London, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura as biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- HAIR, J. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados do censo demográfico de 2010: histórico da cidade**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411120&search=parana%7Citapejara-d%60oeste%7Cinfograficos:-historicoo>> & HYPERLINK <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411120&search=parana%7Citapejara-d%60oeste%7Cinfograficos:-historicoo>> HYPERLINK <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411120&search=parana%7Citapejara-d%60oeste%7Cinfograficos:-historicoo>> HYPERLINK <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411120&search=parana%7Citapejara-d%60oeste%7Cinfograficos:-historicoo>>
- HYPERLINK <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411120&search=parana%7Citapejara-d%60oeste%7Cinfograficos:-historicoo>> Acesso em: 28 nov. 2014.
- _____. **IBGE cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras regionais: mesorregião geográfica sudoeste paranaense**. Curitiba, 2004.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- LIMA, A. P. de et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: UNIJUÍ, 1995.
- LIMA, J. R. F.; PIACENTI, C. A. O papel das rendas não agrícolas para redução da pobreza e concentração na região sul. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 27, n. 52, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/5099>>. Acesso em: 25 nov. 2013.
- LONG, N. Commoditization: thesis and antithesis. In: LONG, N. et al. (Ed.). **The commoditization debate: labour process, strategy and social network**. Wageningen: Agricultural University of Wageningen, 1986. p. 1-25.
- PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 239 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- _____. **Trajetória da diversificação dos meios de vida dos agricultores de Itapejara d'Oeste (PR) entre 2005 e 2010: projeto de pesquisa científica e tecnológica do CNPq, edital universal MCT/CNPq 482758/2011-2**. Pato Branco: UTFPR, 2011.
- POLANY, K. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

- SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba**, SC. Pelotas: UFPEL, 1995.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- _____. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 106-132, set./dez. 1994.
- _____. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- _____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- _____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.
- SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (Org.). **Entre el campo y la ciudad**. Buenos Aires: CICCUS, 2006. p. 307-348.
- SEYFERTH, G. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonosoperários. In: LOPES, J. S. L. (Org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. São Paulo: Marco Zero, 1987. p. 32-58.
- SEYFERTH, G. Camponeses ou operários?: o significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 29, p. 72-96, 1984.
- SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).
- _____. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.
- SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E. O novo rural brasileiro. **Debates Sócio Ambientais**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 16-18, 2000.
- SOUZA, R. P.; SOUZA, M. S. O debate brasileiro sobre pluriatividade: implicações sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008. 1 CD-ROM.